

**PROGRAMA PARKATÊJÊ:  
ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO**

Iara Ferraz  
antropóloga - consultora  
junho 1996 \*

Em correspondência enviada à Comunidade, CVRD, FUNAI e demais consultores (25.03.96), havíamos solicitado a convocação de uma reunião ampla, em cuja oportunidade fosse discutida uma avaliação do desempenho do Programa Parkatêjê, reflexão necessária, a nosso ver, para um redimensionamento (e melhoria) das relações estabelecidas através do Convênio n. 0333/90.

A permanência de uma semana na aldeia - chamada *Kupé Jipôkti* ("localizados no meio do *kupé*", dos "brancos", "outros")- possibilitou-nos retomar as discussões junto à Comunidade Parkatêjê, num momento particularmente crítico devido à invasão que estava ocorrendo na "fazenda", com acesso pelo km 15 da rodovia BR-222, a sudoeste da área indígena e limite mais próximo de Morada Nova (distrito de Marabá).

Apesar de condições desfavoráveis (sem veículo próprio nem sistema de comunicação, má conservação de acessos e pontes ao longo da Estrada de Ferro Carajás, no trecho em que atravessa a terra indígena), a equipe de vigilância/"missão", formada por jovens casados, foi responsável pelo aprisionamento e autuação (no sábado, 25 de maio) de dezoito pessoas em flagrante delito (invasão de terra indígena para fins de esbulho) e entregues à Polícia Federal em Marabá. Como mandantes, acusados mais uma vez comerciantes de Morada Nova e políticos locais do município de Bom Jesus do Tocantins, onde está situada a TI Mãe Maria; de acordo com a imprensa (cf. *Correio do Tocantins* 31.05 a 06.06.96, cópia em anexo), há ainda o envolvimento de outras esferas políticas (deputados federais), o que agrava a situação e requer providências.

Na aldeia, os preparativos para um ritual que há cerca de 40 anos não é realizado - *KROWAJÖJÖNÖRE* - a "brincadeira dos noivos", como chamam os mais velhos, desperta curiosidade e interesse entre os mais jovens, cuja maioria, atualmente, tem-se voltado para as práticas do futebol e incursões constantes aos povoados vizinhos.

A chegada da estação seca é marcada, na sociedade *parkatêjê*, pela realização de cerimoniais de longa duração, que se intercalam com períodos de preparativos para os trabalhos nas roças de subsistência (e, neste ano, também as pastagens).

\* Relatório de viagem realizada à Comunidade Indígena Parkatêjê (TI Mãe Maria) entre 25 e 31 de maio de 1996.

## Elementos para uma avaliação

Por uma semana, reunimo-nos muitas vezes no acampamento das proximidades da aldeia com os membros do Conselho e da Diretoria da recém-criada Associação Indígena Parkatêjê Amjip Târ Kaxuwa, que representa a Comunidade. Ao procedermos a uma avaliação das atividades desenvolvidas através do Programa Parkatêjê nos últimos cinco anos, a experiência das ações concretas apontou acertos e desacertos, o que possibilita dimensionar o desempenho em cada setor, com o objetivo de melhorar efetivamente a qualidade de vida na Comunidade e a sua participação na ações; neste sentido, tratamos das modificações necessárias e, principalmente, do modo como elas deverão ser conduzidas e implementadas, bem como das atividades prioritárias a serem desenvolvidas durante este ano de 1996.

Um acervo de informações qualificadas relativas ao desempenho do Programa Parkatêjê está contido nos relatórios elaborados pelos consultores, nas suas áreas específicas, no decorrer desses cinco anos. Inúmeras das recomendações ali contidas, frutos das discussões junto à Comunidade, foram sequer consideradas. A gestão participativa dos recursos financeiros foi, desde o início, uma questão enfatizada como necessária. É chegado o momento de se implementar esta transição, prevista no próprio Convênio.

Aos agentes do Estado (FUNAI, FNS, IBAMA, Secretarias Estaduais de Educação, etc.) cabe, legalmente, assegurar proteção territorial, ambiental, cultural, assistência à saúde, assim como educação diferenciada às populações indígenas no Brasil; deste modo, tais atividades, a rigor, não deveriam onerar os programas especiais de apoio, como é o caso do Programa Parkatêjê.

## SAÚDE

O recente rompimento de tubulação de esgoto na aldeia (obra realizada em 1993 através do Programa), com todas as consequências previsíveis para a saúde dos membros da comunidade, alertou para a URGENTE necessidade de se estabelecer um sistema de fiscalização epidemiológica e sanitária na aldeia, em conjunto com a Fundação Nacional de Saúde.

Ao lado de um efetivo acompanhamento médico (sanitarista), odontológico e do trabalho dos agentes de saúde, atividades de caráter educativo poderão ser desenvolvidas de modo integrado através da escola de 1o. grau, sobretudo no segmento de 1a. a 4a. séries, com utilização de materiais audiovisuais; a interrupção das atividades na escola deu-se recentemente com o afastamento da professora (contratada pela FUNAI), acometida por tuberculose pulmonar - o que vai requerer, em caráter de emergência, um rastreamento do bacilo em toda a população infantil que atendia à escola.

A formação de agentes de saúde nos estabelecimentos hospitalares públicos de Marabá possibilita a capacitação dos membros da comunidade no campo da saúde pública e do sanitário, enfatizando uma perspectiva coletiva (que se contrapõe à clínica, individual, que privilegia a doença e não a saúde). Esta mudança de enfoque deverá estar correlacionada a outras atividades do Programa, como educação e atividades produtivas.

A retomada de um programa de saúde para as mulheres (preventivos de câncer, pré-natal, etc.) foi apontada como necessidade que não vem sendo observada (em fevereiro último ocorreu o óbito de uma primípara de 16 anos, por eclâmpsia e hepatite). Foi ressaltada a importância de haver treinamento e capacitação para todos os profissionais que venham a trabalhar junto à comunidade, dadas as especificidades do modo de vida *parkatêjê*.

Está sendo questionada a permanência do convênio com o sistema privado de saúde em Marabá (CLIMEC); o controle financeiro destes gastos diretamente pela Comunidade permitirá avaliar se a qualidade dos serviços prestados é compatível com os preços elevados que vem sendo pagos (muitas vezes por internações talvez desnecessárias), assim como as mudanças necessárias.

Um estudo realizado recentemente acerca da exposição dos *Parkatêjê* aos campos eletromagnéticos das redes de transmissão de alta tensão da ELETRONORTE revelou um preocupante quadro epidemiológico do grupo, parcialmente caracterizado pela imunodepressão (cf. Koifman, jul.1995); este estudo apontou para a necessidade de reorientação do programa de ações de cunho sanitário, visando um controle imunológico efetivo da população, considerada "de risco", ou seja, com uma taxa de mortalidade expressiva, em grande parte devido a moléstias degenerativas.

É necessário que todos os relatórios produzidos até agora neste setor e encaminhados à CVRD por um dos consultores da Comunidade sejam colocados à disposição da própria comunidade e de todos os que trabalham na aldeia, por períodos prolongados, tanto no campo da saúde quanto da educação, com o objetivo de avaliar e reorientar as ações até aqui desenvolvidas.

## EDUCAÇÃO

Apresentamos apenas algumas observações que dizem respeito à continuidade das ações de um modo geral, já que uma avaliação específica deverá ser elaborada pela consultora nesta área em que se desenvolveu, pelo Programa, uma atividade planejada em conjunto com a comunidade, interrompida em 1995 para fins de reestruturação.

Através da SEDUC/PA, a Escola Indígena Pemtykre Parkatêjê (também recentemente renomeada) passou a ser institucionalmente reconhecida, a partir de 1996, como "Anexo" de uma Escola

Estadual de 1o. Grau, com sede localizada no município de Bom Jesus do Tocantins; mudanças na legislação em vigor deverão vir a reconhecer a sua autonomia e especificidade - por se tratar de **escola indígena** (direito assegurado pela Constituição de 1988) - independentemente do número de alunos matriculados (atualmente a autonomia só é reconhecida a partir de 300 alunos).

A interrupção ocorrida nas atividades de 1a. a 4a. séries na escola da aldeia - cujo conteúdo e método de ensino ainda não tinham se adequado à metodologia atualmente implementada através da SEDUC para escolas indígenas de 1o. grau - está possibilitando **rever o papel da escola para as crianças pequenas**; na comunidade, os mais velhos enfatizam a importância da educação informal e da transmissão dos conhecimentos relativos ao modo **parkatêjê** de pensar e agir.

Por sua vez, a interrupção da escola de 5a. a 8a. séries a pedido da chefia da Comunidade, em 1995, levou cerca de dez rapazes (com menos de 20 anos) a prosseguir os estudos (conclusão do 1o. grau) em um povoado situado a 10 km da aldeia (km 40 da BR-222), distância percorrida diariamente em bicicleta (ou de carona). No entanto, o afastamento voluntário destes jovens do convívio com a comunidade poderá, num futuro próximo, trazer consequências previsíveis (doenças sexualmente transmissíveis, consumo de álcool, etc.) e que começam a ser motivo de preocupação para os pais.

Através da SEDUC, a programação de "oficinas" na aldeia, como foram chamadas as atividades de ensino que combinam o apoio em língua portuguesa, matemática com a formação de professores indígenas na Comunidade, técnicos em contabilidade, etc. poderão, a médio prazo, vir a suprir as necessidades atuais; e, possivelmente, através de convênios com outras instituições (SENAI, UFPA, etc.), a capacitação em agronomia, veterinária mecânica, hidráulica, carpintaria, etc.

As duas viagens realizadas neste período por membros da Comunidade à aldeia **Kraho** do Rio Vermelho (TO), com as quais os **Parkatêjê** vêm estabelecendo relações de intercâmbio recente, têm uma clara finalidade de resgatar rituais que não mais se realizavam. A retomada de outras práticas cerimoniais tradicionais, como as visitas, nas sociedades Timbira, onde diversos grupos compartilhavam um território comum, tem hoje novos significados simbólicos; as trocas de cantigas, bens (e cônjuges) ampliam a perspectiva do futuro enquanto sociedade diferenciada e fortalecida.

#### ATIVIDADES PRODUTIVAS

Nestes últimos anos não houve investimentos, através do Programa, na melhoria de infra-estrutura destinada às atividades extrativistas (coleta da safra de castanha-do-Pará e cupuaçu). As frequentes invasões no território indígena na estação chuvosa,

exatamente para roubo de frutos e caça, impediu muitas vezes a realização destas atividades para fins de comercialização organizada (vendas individuais, no entanto, ocorreram).

A última safra (1996) não chegou a ser completada devido a problemas organizacionais internos; a experiência, no entanto, apontou para a necessidade de melhor distribuição de tarefas - e divisão de grupos, com seus responsáveis - em vista dos trabalhos relativos ao preparo das áreas agriculturáveis e para pastagens, durante a estação seca que ora se inicia. Novos procedimentos estão sendo estudados em relação às safras de castanha e cupuaçu do próximo ano.

O trabalho nas roças de subsistência contou com o apoio do Programa nestes anos, ao financiar, com alimentação, ferramentas, e outros gêneros de primeira necessidade, a realização de todas as tarefas durante o preparo, plantio e colheita.

Neste ano, as atividades agrícolas na Comunidade estão sendo programadas com o objetivo de duplicar as áreas cultivadas de 5 para 10 alqueires (48 hectares), através do aproveitamento de antigas capoeiras (vegetação secundária), de acordo com o sistema tradicional de pousio. A iniciativa deverá contar com todo o apoio técnico e financeiro necessário a sua plena realização; a ampliação das roças deverá levar à diminuição das aquisições de gêneros alimentícios, tais como farinha e arroz, a médio prazo.

Com a construção da casa de farinha na aldeia a partir de 1995, o fabrico chegou a suprir as necessidades por períodos intermitentes. Atualmente são precárias as condições de acesso às roças, tanto nos kms 25 e 26 junto à BR-222 quanto na "estrada do Negão", como é chamado o acesso à ferrovia, pelo interior da área (junto ao limite sudeste), de uso exclusivo da Comunidade, área pretendida para os trabalhos das roças deste ano. As condições das estradas internas asseguram a frequência de deslocamento dos grupos, nas diferentes atividades que desenvolvem, promovendo a ocupação (e proteção) territorial.

A atividade pecuária desenvolveu-se neste período em condições pouco favoráveis; a ausência de um sistema de manejo das pastagens (sob as linhas de transmissão de alta tensão da ELETRONORTE e na "fazenda", no km 15 da rodovia) levaram ao seu esgotamento, o que se refletiu na baixa produtividade do rebanho (leiteiro), apesar dos cuidados veterinários dispensados e da aquisição de algumas cabeças para raceamento. Esta atividade está sendo redimensionada pela Comunidade, em função de um Convênio específico a ser firmado, ainda em 1996, com a empresa estatal do setor elétrico.

O crescimento populacional traz a necessidade de expansão da aldeia e de construção de novas casas; através do Programa foram construídas, a custo considerado elevado para a região (US\$ 35.000/unidade), apenas duas casas de alvenaria (já está sendo

estudada, para 1997, a reforma da aldeia e, possivelmente, sua ampliação).

A aquisição de um novo veículo (D-20) para a Comunidade foi apresentada como prioritária neste ano, face ao desgaste da camionete (adquirida em 1989 com recursos da ELETRONORTE) que se encontra fora de uso na ADR/FUNAI, em Marabá. A necessidade de deslocamento de doentes e as locomoções quase que diárias para as expedições de caça e coleta, as viagens à Marabá, etc. justificam a aquisição, que já havia sido solicitada em 1995.

#### VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO TERRITORIAL

A situação fundiária na região de Marabá caracteriza-se pela concentração acentuada e pelos conflitos agrários. Invariavelmente, com a proximidade do período eleitoral, crescem as pressões e a vulnerabilidade às invasões dos territórios indígenas e, em particular no limite sudoeste da Terra Indígena Mãe Maria, na porção atravessada pela Estrada de Ferro Carajás. Mudanças estruturais na região, no entanto, estão sendo anunciadas pelos setores governamentais envolvidos na realização de uma reforma agrária (MERA, INCRA e Exército), como única possibilidade de resolução dos conflitos existentes.

Na Comunidade Parkatêjê, a prática da vigilância constante e o desempenho da "missão" é claramente uma atividade que traz desgaste físico e psicológico para os seus membros, o que se traduz na reivindicação de pagamento por serviços prestados, ao lado de condições adequadas para o exercício da vigilância, conforme mencionado (veículo, sistema de comunicação, pontes e estradas de acesso ao longo da ferrovia).

Por sua vez, parece estar crescendo a compreensão, por muitos na comunidade, de que só a ocupação efetiva do território, e não só daquela área (o limite sudoeste, com as melhorias na "fazenda" - criação de gado de corte e leiteiro e plantio de fruteiras) poderá conter o processo de invasões sistemáticas e modificá-lo com o decorrer do tempo.

#### ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA: SOBRE AS MUDANÇAS E SUA CONDUÇÃO

Na reunião realizada a 28.05 p.p. na aldeia, o representante da CGPE (FUNAI/BSB) expôs as propostas para modificações na gestão do Convênio, sob a forma de um Termo Aditivo. A posição da CVRD, como repassadora de recursos à ADR-FUNAI Marabá (que até então reconhecia como única interlocutora institucional) não foi ainda claramente apresentada, uma vez que requer apreciação jurídica.

As mudanças sugeridas pela FUNAI dizem respeito à composição das Comissões de Gerenciamento e de Acompanhamento do Programa, com papel de destaque para a recém-criada *Associação Indígena Parkatêjê Amjip Târ Kaxuwa*. Combinar o planejamento das ações

com a sua execução, conferir atribuições aos membros da comunidade e decidir sobre os responsáveis pelas "turmas" (divididas em geral por categorias de idade, como também nas ocasiões cerimoniais, entre "trinta" e "maranhão") são experiências conhecidas por parte da Comunidade.

A gestão financeira de recursos com controle contábil, por sua vez, dá-se hoje em uma escala relativamente reduzida, através da administração de recursos próprios, oriundos de rendimentos (poupança), tidos como insuficientes para cobrir os seus gastos (o que acabou se refletindo muitas vezes na categoria "extra Convênio", de acordo com a classificação das despesas utilizada pela CVRD).

Deste modo, a passagem da gerência do Programa para a Comunidade, através da estrutura organizacional da Associação (Diretoria, Conselho e Assembléia) requer uma metodologia adequada, por etapas, com as adaptações necessárias. A planificação orçamentária será um novo componente a ser trabalhado, com consultoria, através de práticas concretas como, por exemplo, o plantio das roças e o preparo das pastagens ainda nesta estação seca, ou mesmo os gastos com saúde, educação, vigilância, etc.

As mudanças propostas começaram a ser discutidas com a preocupação de dar organicidade à composição das comissões, onde a representação é que está sendo focalizada. A formalização da Associação (enquanto representante da comunidade *parkatêjê*) e seus interlocutores nas questões com o Estado (i.e. o governo) vem se traduzindo num grau crescente de participação nas decisões pelos membros da comunidade, onde novas formas organizacionais se entrecruzam com as categorias próprias ao sistema de organização social *parkatêjê* (divisão em grupos, lideranças, etc.). Neste sentido, foi apenas iniciada a discussão de um regulamento interno para a Comissão de Gerenciamento, tal como proposto pelo representante da CGPE/FUNAI, assunto que deverá ser retomado em breve, por ocasião de nossa próxima estadia junto à comunidade.

Um período experimental de administração parcial dos recursos permitirá socializar os conhecimentos relativos a estas práticas administrativo-contábeis, até aqui controladas exclusivamente por servidores da FUNAI e funcionários da CVRD. O fluxo de informações de natureza contábil deve ser estabelecido em função da capacitação dos membros da Associação que irão se dedicar a estas tarefas. A informatização será um passo ulterior no controle dos recursos e gestão do Convênio, que requer ainda maior discussão, equipamentos, treinamento e capacitação específicos.

Todos os agentes envolvidos devem ter claras as suas atribuições nas Comissões de Gerenciamento e Acompanhamento do Programa. A consultoria independente teve seu papel reafirmado pela Comunidade na última reunião havida; neste período (90-95), o declínio verificado nos gastos com consultoria talvez tenha

correspondido à ausência de discussão qualificada (e crítica) acerca das ações desenvolvidas.

Na reunião do dia 28.05 p.p., foi ressaltada a necessidade de ser ouvido o consultor jurídico da comunidade *parkatêjê*, Dr. Carlos F. Marés de Souza Fo., para uma posição conclusiva acerca das mudanças propostas (Termo Aditivo ao Convênio); em princípio, uma nova reunião deverá ser realizada na aldeia em fins de agosto/início de setembro p.f., com a participação dos consultores, para discussão pormenorizada e elaboração do orçamento do Programa *Parkatêjê* /1997, já com a operação de modificações administrativas.

Há um aspecto que deve ser ressaltado quanto à experiência iminente da comunidade assumir a administração do Programa, desde o planejamento até a prestação de contas: ela surge num momento particular como aglutinadora de forças no interior da sociedade, com vistas a melhorias coletivas; através da Associação, as ações visam lidar também com as questões no âmbito das relações intergeracionais que, por sua vez, vêm sendo cuidadosamente tratadas com a mediação das lideranças jovens. O papel da Associação vem fortalecer a solidariedade interna, os sentimentos de pertinência e participação.

As experiências fracassadas desenvolvidas através do Programa, como a construção do tanque para criação de peixes, o plantio de cacau (para fins de comercialização), a construção de equipamentos que não funcionaram dada a sua inadequação (incinerador e torre de comunicação) e, de certa forma, o sistema de abastecimento de água e saneamento ali implantado, não foram precedidas de uma discussão qualificada; também para os *Parkatêjê*, os desacertos traduzem um modo de agir impensadamente, experiências que, ao final, servem como parâmetros da ineficiência (o que é característico do modo *kupe* de pensar e, sobretudo, agir).

A permanente e acurada observação dos detalhes das mudanças em curso (e previstas) é fonte das preocupações expressas incansavelmente pelo chefe *Krohokrenhum*, no seu esforço para a compreensão deste processo. Internamente, acentuam-se os mecanismos voltados para a reafirmação da identidade *parkatêjê* e o desafio de reproduzir a sociedade com as suas particularidades, numa região marcada por fortes contradições como o sudeste paraense; o esforço das gerações mais velhas em preparar os *mekwatuwa* (os rapazes) é, não raras vezes, atropelado pela dinâmica deste processo, onde muitos elementos são considerados com uma certa estranheza, que também é peculiar ao que é ainda novo e desconhecido.

As mudanças têm, invariavelmente, o sentido da inovação - por isso, convém salientar, devem ser tratadas com especial atenção. A perspectiva crítica e a discussão acurada são componentes que adquirem uma particular significação em todos os momentos do processo, em que muitas variáveis devem ser levadas em



consideração. Na trajetória recente dos *Parkatêjê*, as situações de crise no confronto com o mundo *kupe* são um desafio permanente; aqui, a competição tem um papel relevante, seja no jogo de flechas, seja no futebol ou nas reuniões formalizadas, nas relações internas e externas, ao lidar, simultaneamente, com a memória, as tradições, o dinheiro, a FUNAI, a Vale, a ELN, os posseiros, os comerciantes, etc. (o universo *kupe*) e com o futuro.